

PROCESSOS ACADÉMICOS INSTRUÍDOS NA REITORIA

1. Provas de agregação, de mestrado e de doutoramento

Os processos para obtenção do título de agregado e dos graus de mestre e doutor decorrem no âmbito da unidade básica através da qual o título ou grau é conferido e da Reitoria. Esta última tem designadamente a seu cargo a organização das provas de agregação e de doutoramento e o respectivo arquivo.

Legislação interna:

- ❖ Regulamento de doutoramento aprovado pelo Despacho NR-111/98, adequado em 2008 ao disposto no Decreto-Lei nº 74/2006 (reorganização do ensino superior)
- ❖ Despacho NR/R/0094/2008 regulamentando a concessão do título de agregado na UCP de acordo com o Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de Junho

Cada mestrado tem regulamento próprio aprovado por despacho do Reitor na sequência da aprovação do curso pela Reitoria alargada aos Presidentes dos Centros Regionais.

2. Concursos de professores

Os concursos de recrutamento para as categorias de professor auxiliar, professor associado e professor catedrático previstos no Estatuto da Carreira Docente da UCP são documentais. A sua organização obedece a regulamentos próprios a cada unidade básica.

A abertura dos concursos é feita pelo Reitor sob proposta do Conselho Científico da unidade básica através de edital afixado no painel da Reitoria e na respectiva unidade básica e do qual constam as condições específicas de cada concurso.

3. Equivalência de graus e reconhecimento de habilitações obtidas no estrangeiro

A Universidade Católica Portuguesa concede equivalência dos graus de licenciado, mestre e doutor ou reconhecimento de habilitações obtidas no estrangeiro. A legislação aplicável é o Decreto-Lei nº 283/83, de 21 de Junho, modificado pelo Decreto-Lei nº 341/2007 (artº 27º e novo artº 34-A)

Os processos de equivalência de doutoramento e mestrado e todos os processos de reconhecimento de habilitações (a nível de curso superior, licenciatura, mestrado e doutoramento) são introduzidos na Reitoria através do requerimento correspondente da Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Modelos nº 524, 525 ou 527, respectivamente) e instruídos com a documentação prevista no diploma acima mencionado.

Quanto aos processos de pedido de equivalência de licenciatura, são introduzidos nas Faculdades que ministram cursos equivalentes através do requerimento correspondente da Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Modelo nº 526) e instruídos com a documentação prevista no diploma acima mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, a concessão da equivalência ou o reconhecimento de habilitações são certificados por uma cópia do termo selada em branco.

Concluído cada processo, a Reitoria da UCP remete à Direcção-Geral do Ensino Superior cópia do requerimento, do diploma, da acta da deliberação e do respetivo termo.

3.1 Taxas

As taxas referentes a estes processos, no ano de 2018/19, são as seguintes:

1º, 2º ou 3º ciclos obtidos num Estado membro da UE: 240€

1º ciclo obtido fora da UE: 570€

2º ciclo obtido fora da UE: 800€

3º ciclo (Doutoramento) obtido fora da UE: 1.200€